

# Credor discute se

CORREIO BRAZILIENSE

Dívida Externa

ECONOMIA

# libera a última parcela

Washington — Os credores privados do Brasil deverão decidir, até o próximo fim de semana, se desembolsam ou não a última parcela (de 600 milhões de dólares) do empréstimo concedido ao País no ano passado. Se o fizerem, o dinheiro seria utilizado como um "pagamento simbólico", para abater parte dos 1,6 bilhões de dólares devidos pelo Governo aos banqueiros desde há dez dias. Em caso contrário, o Brasil vai continuar dependendo de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para receber essa parcela.

A decisão dos banqueiros vai depender de uma análise do comitê assessor dos bancos credores do Brasil, que começará a ser feita hoje, sem a presença de funcionários brasileiros. Nos últimos dias ocorreram, em Washington, duas reuniões entre as partes, nas quais o Governo apresentou algumas propostas a serem consideradas pelos bancos.

Nenhum dos lados se dispõe a revelar detalhes dessa negociação. Sabe-se, no entanto, que a oferta

mais tentadora do Brasil seria exatamente a de que o dinheiro fosse utilizado para amortizar uma parte dos pagamentos atrasados. Com isso, o Governo demonstraria que seu objetivo não é estabelecer uma moratória — como suspeitam alguns credores. E, através desse gesto, obter um apoio mais concreto — tanto dos banqueiros privados internacionais como dos governos de seus países — em suas negociações com o FMI. Um sinal verde do Fundo significaria a liberação automática de cerca de 3 bilhões de dólares comprometidos por várias fontes, entre elas o governo do Japão e o Banco Mundial.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, deixou Washington ontem com esperanças de obter um empréstimo stand-by do FMI. Mas diretores desse organismo disseram mais tarde, que ainda há alguns obstáculos no caminho. Nos últimos dias, o ministro encontrou-se não só com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, como também com colegas de cinco dos sete países mais

ricos: Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França.

A impressão de Maílson da Nóbrega foi satisfatória. Ele disse que ouviu de todos "um amplo reconhecimento de que, nas atuais circunstâncias, o Governo do Brasil vem fazendo um trabalho digno". A possibilidade desse sentimento vir a se tornar num apoio tácito perante à diretoria do FMI, no momento dela analisar um pedido de empréstimos ao Brasil, agora seria maior — segundo o ministro.

"Hoje há mais esperanças de entendimento com o Fundo do que duas semanas atrás. No início havia um grande ceticismo. Mas a situação evoluiu para um consenso de que um acordo é importante para o equilíbrio do nosso setor externo", disse Maílson da Nóbrega.

Diretores do FMI, contudo, insistiam, ontem à tarde, de que para se chegar a um acordo será necessário "um compromisso convincente" de parte do Brasil.